



© ECO



99

Setor quer Agência do Clima focada no PRR, mobilidade e indústria

O Governo criou uma “superagência” para o Clima, na qual vai concentrar fundos que, só no primeiro ano, deverão ultrapassar os 2 mil milhões de euros.

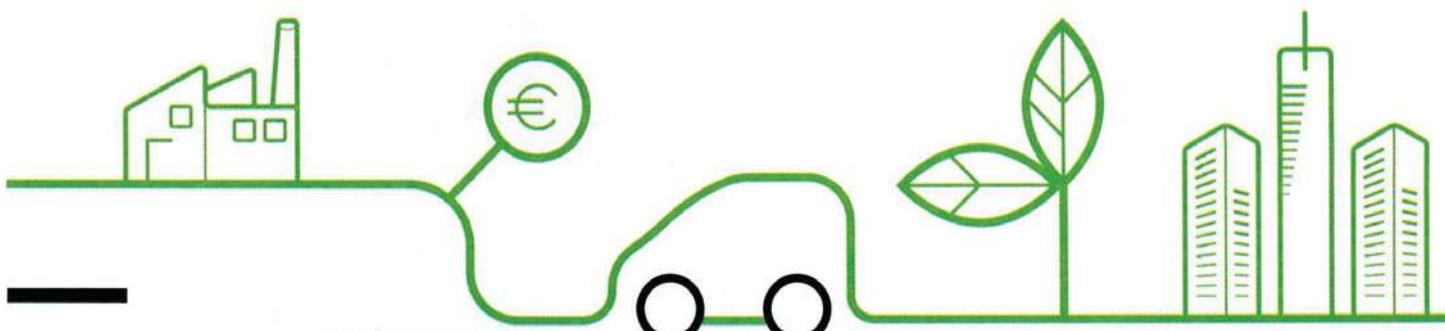
O setor é unânime: a distribuição dos fundos comunitários para a Energia e Clima é um dos temas mais urgentes a ser endereçado.

ANA BATALHA OLIVEIRA

Está criada a nova Agência para o Clima, entidade que irá agregar os principais fundos nacionais e comunitários que servem as áreas do ambiente e energia, com a economia azul à mistura. Que prioridades devem estar em cima da mesa? A alocação dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a promoção da descarbonização da indústria e a mobilidade verde são alguns dos tópicos

cos apontados como urgentes pelos setores da energia e ambiente.

Anunciada no passado mês de outubro e apresentada pela ministra do Ambiente, Maria da Graça Carvalho, em dezembro, a Agência para o Clima vai agregar um conjunto alargado de fundos, nacionais e internacionais, num montante superior a 2 mil milhões de euros. Valores que vão ser alocados tendo em vista os



Fundos sob gestão da Agência do Clima

Fundo	Dotação	Prazo
Fundo Ambiental	1,2 mil milhões de euros em 2025*	Anual
Fundo Social para o Clima	1,2 mil milhões de euros	2026 a 2030
Fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, destinados ao ambiente e energia	2 mil milhões de euros	Até junho de 2026
Fundo da Modernização	2,1 mil milhões	Até 2030
Fundo Azul	55 milhões	Anual
EEA Grants (Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu)	37 milhões	Anual
Fundo da Transição Justa	8,4 mil milhões de euros para distribuir pelos Estados membros da União Europeia**	Até 2027

Fonte: Ministério do Ambiente. *Varia a cada ano de acordo com as receitas do comércio de licenças de emissão de dióxido de carbono

**Ainda não está definido qual o valor que cabe a Portugal

39 objetivos definidos para a entidade, que vão desde a ação climática à gestão do Mercado Voluntário de Carbono, passando pela economia azul.

Apesar de ser avesso à criação desta agência – defendendo uma fortificação das já existentes –, o ex-secretário de Estado da Energia João Galamba identifica dois temas que entende como prioritários para a nova entidade: “Há a necessidade de assegurar uma maior eletrificação da indústria e também o avanço da descarbonização da mobilidade, em particular através da mobilidade elétrica.”

Na opinião do ex-governante, atualmente consultor na área de Energia, há que repensar as modalidades de apoio que respondam a um problema “já identificado”: alguns investimentos em renováveis estão ameaçados por falta de procura, ao

mesmo tempo que alguma procura está em risco por falta de investimentos em renováveis. Além de uma otimização do licenciamento, há que “agilizar os meios financeiros existentes” neste sentido. O PNEC, lembra, pressupõe “um enorme reforço na procura”.

Na ótica de Francisco Ferreira, presidente da associação ambientalista Zero, a prioridade deve estar precisamente na concretização do PNEC, “um plano muito ambicioso e para o qual temos apenas cinco anos para dar resposta”.

Em consonância, o vice-presidente da Marubeni em Portugal e CEO da holding Energy Means Life, Célio Pinto, apela à aceleração do processo de implementação dos fundos do PRR, defendendo que estes fundos sejam dirigidos essencialmente a três áreas: a atração de indústria verde — promo-

Agência para o Clima vai agregar um conjunto alargado de fundos, nacionais e internacionais, num montante superior a 2 mil milhões.

01-02-2025

vendo a descarbonização do setor industrial através da eletrificação ou do consumo de gases renováveis —, a mobilidade sustentável — reforçando a infraestrutura de carregamento elétrico e promovendo soluções com base em hidrogénio — e, finalmente, a economia azul, alocando fundos para apoiar a criação e implementação de um *cluster* ligado às energias oceânicas.

PRR e alocação dos fundos

O Tribunal de Contas Europeu alertou para o facto de os atrasos na execução dos PRR dos Estados-Membros poderem comprometer a plena absorção dos fundos disponíveis, destaca Célio Pinto. “A cada dia que passa, projetos não vão para a frente como programados e temos prazos. É preciso tomar decisões sobre o redirecionamento desse financiamento”, diz, por seu turno, a organização não governamental Zero.

Ainda no que respeita às alocações de fundos, João Amaral, CEO da Voltalia em Portugal, entende que é mais urgente a distribuição do Fundo Social para o Clima, dado o seu potencial para apoiar famílias economicamente vulneráveis na implementação de soluções de eficiência energética. Baixa-se o valor das faturas da energia e democratiza-se o acesso à energia renovável. “Este apoio será fundamental para assegurar uma transição energética justa e inclusiva, diminuindo desigualdades sociais no contexto da descarbonização”, sublinha. A Zero concorda que, em termos operacionais, é urgente dar resposta às candidaturas a apoios à eficiência recebidas pelo Fundo Ambiental e lançar os novos programas neste âmbito.

A gestão eficiente do Mercado Voluntário de Carbono é outra prioridade destacada pelo líder da Voltalia em Portugal que, no seu entender, deve valorizar tanto a energia produzida como as emissões evitadas. “Este modelo não só incentivará o consumo elétrico como fonte em energia verde, como também irá promover uma maior adaptação do consumo às dinâmicas da produção renovável”, realça. Em paralelo, é importante a apostar na expansão e modernização das infraestruturas energéticas, defende. Mas não só. Garantir que as metas estabelecidas são alcançáveis e compreendidas por toda a sociedade será fundamental para mobilizar o apoio do público e estimular uma participação mais ativa por parte de empresas, organizações e cidadãos no esforço coletivo pela descarbonização. 